



## Economic and Social Council

Distr.: General  
December 2023

Original: Language

---

### **Comissão sobre o Estatuto das Mulheres**

Sexagésima oitava sessão

11-22 de março de 2024

Seguimento da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres e da vigésima terceira sessão especial da Assembleia Geral intitulada "Mulheres 2000: igualdade de género, desenvolvimento e desenvolvimento e paz para o século XXI"

**Declaração apresentada por [Casa Generalizia della Societa' del Sacro Cuor; Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo; Congregação da Missão; Congregações de São José; Conferência de Liderança Dominicana; Edmund Rice Internacional; Fondazione Proclade Internazionale – Onlus; Instituto da Bem-Aventurada Virgem Maria - Generalato de Loreto; Associação Internacional da Apresentação; Comunidade Loretto (Irmãs de Loretto); Padres e Irmãos Maryknoll; Passionistas Internacionais; Religiosos do Sagrado Coração de Maria; Missões Salesianas, Inc.; Irmãs Escolares de Notre Dame; Federação das Irmãs da Caridade; Irmãs de Notre Dame de Namur; Sociedade dos Missionários Médicos Católicos; UNANIMA Internacional; e VIVAT Internacional], organizações não governamentais com estatuto consultivo junto do Conselho Económico e Social**

The Secretary-General has received the following statement, which is being circulated in accordance with paragraphs 36 and 37 of Economic and Social Council resolution 1996/31.

## Declaração

Nós, membros da Justice Coalition of Religious, uma comunidade global de irmãs católicas, irmãos, padres e seus parceiros na missão, saudamos a atenção da Comissão para o papel das instituições e dos mecanismos financeiros nas realidades da pobreza e da desigualdade de género.

O nosso sistema financeiro global é construído sobre uma noção centrada no lucro, patriarcal e colonialista de que a economia primária é o mecanismo de agrupamento de activos cujo objetivo final é o sequestro dos recursos da Terra no menor número possível de mãos. Este sistema rejeita a verdadeira economia demonstrada pelos ecossistemas naturais: uma troca mutuamente sustentada de bens e serviços entre seres interdependentes. Desvaloriza a verdadeira economia como um idealismo fantasioso, uma digressão do discurso económico genuíno que requer palavras qualificativas como "cuidado" e "social". Relatórios dos nossos membros em todo o mundo afirmam que os esforços da humanidade para sustentar esta falsa economia nos deixaram num estado de grave dívida social e ambiental e que as mulheres e as raparigas têm vindo a suportar uma parte desproporcionada dessa dívida. Ao serviço da falsa economia, desvalorizámos totalmente o trabalho daqueles que servem o nosso bem-estar social e ambiental, forçando-os a competir por uma manta de retalhos inadequada de subsídios, empréstimos, bolsas de estudo e fundos de assistência social, cada um deles apenas uma gota de justiça mascarada de caridade. Confundimos um planeta abundante com um planeta de escassez, a ganância com a sabedoria e o consumo ilimitado com o sucesso. Fizemo-lo por nossa conta e risco coletivo.

Em resposta, membros da nossa comunidade global empreenderam projectos que visam capacitar mulheres e raparigas, não como trabalhadores equipados para servir a economia cega aos direitos, mas como agentes de transformação equipados para liderar uma economia ao serviço dos direitos.

A maioria das nossas congregações tem estado envolvida na educação como um mecanismo para o empoderamento das mulheres e raparigas ao longo da vida. As Irmãs Missionárias Dominicanas na Zâmbia, as Irmãs de São José de Chambéry no centro da Índia e as Irmãs de Notre Dame de Namur na República Democrática do Congo, por exemplo, têm estado envolvidas em esforços para desviar as jovens do casamento precoce e da gravidez através de uma combinação de bolsas de estudo e orientação pessoal. As Irmãs identificaram o casamento precoce como um caminho que tende a levar as raparigas à pobreza ao longo da vida e à total dependência financeira dos membros masculinos da família. Também notaram que as raparigas que tiveram a oportunidade de obter pelo menos o ensino secundário se tornam frequentemente as mais ferozes defensoras e apoiantes financeiras da educação das suas irmãs mais novas e das raparigas das suas comunidades. A orientação a longo prazo das raparigas por parte de mulheres jovens com formação tem sido um ingrediente fundamental da mudança social em contextos onde a tradição normalizou o casamento infantil e as políticas sobre a idade legal para o casamento se revelaram difíceis de aplicar.

As raparigas e mulheres que tiveram a oportunidade de completar os estudos secundários também precisam de fundos para concretizar as suas visões de transformação comunitária. A Sociedade do Sagrado Coração inspirou e apoiou tais visões através do seu desafio "[Move Our World](#)" para estudantes, principalmente raparigas, da sua rede global de escolas. Os participantes foram incumbidos de conceber e executar um "projeto de solidariedade" que tivesse um impacto positivo no planeta ou nos seus vizinhos em situações vulneráveis. Foram seleccionados três projectos para receberem fundos da congregação para aumentarem os seus esforços.

Muitas congregações têm estado envolvidas no apoio às mulheres através de cooperativas de mulheres baseadas na comunidade, com componentes de microfinanciamento, desenvolvimento de competências e defesa conjunta. A International Presentation Association, por exemplo, esteve envolvida na iniciativa Jan Kalyan Gramin Vikas Samiti para residentes de bairros de lata em Bihar, na Índia. Esta iniciativa incluía grupos de poupança, sensibilização para os sistemas, formação de competências e defesa de abrigos e da segurança

alimentar. Nas Ilhas Fiji, a Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo associou-se a várias organizações e ministérios governamentais para apoiar a Nausori Women Recycling Trash, uma pequena empresa partilhada por um grupo de mulheres e jovens que produzem artigos artesanais a partir de embalagens de alimentos descartadas. Na Bahia, Brasil, as Religiosas do Sagrado Coração de Maria apoiaram a Associação Comunitária de Uruçu, um coletivo de base familiar que proporcionou formação e apoio mútuo para o cultivo sustentável e a produção de bens com árvores indígenas. A Sociedade Salesiana na Colômbia estabeleceu uma parceria com o Ministério da Indústria e Turismo para criar os "Centros de Reindustrialização ZASCA", que proporcionam formação técnica em todos os aspectos do sector têxtil (principalmente a mulheres), assegurando ao mesmo tempo investimentos em infra-estruturas e proteção dos direitos laborais por parte do governo, para estabelecer um sector têxtil local justo e sustentável. Nestes e noutros contextos, as mulheres e as raparigas relataram que a sua associação a estes grupos lhes proporcionou maior segurança financeira, melhor estatuto e respeito nos seus agregados familiares ou comunidades, e maior autoconfiança e resistência à discriminação baseada no género.

Os nossos membros também identificaram a necessidade de investir em investigação para melhor compreender as formas e os graus em que os nossos actuais sistemas globais colocam as raparigas e as mulheres perante barreiras ao gozo dos seus direitos. Como uma ONG composta por mais de 20 congregações de irmãs católicas, a UNANIMA International priorizou a pesquisa sobre como os desafios financeiros são vivenciados por mulheres e crianças em particular. Através de uma série de publicações e documentos nos últimos anos, a UNANIMA tem vindo a levantar as experiências ocultas de mulheres e raparigas que vivem em situação de sem-abrigo.

Com base nestas experiências e em muitas outras, a nossa comunidade apela aos Estados Membros das Nações Unidas para que:

- Privilegie o trabalho que cumpra e salvguarde os direitos humanos e a justiça ambiental através de:
  - definindo padrões de compensação que correspondam às contribuições sociais e ambientais dos indivíduos,
  - bloqueando incentivos financeiros para o trabalho que não respeita os direitos e o ambiente,
  - impondo sistematicamente sanções às práticas laborais que violam os direitos, e
  - renunciar ao Produto Interno Bruto como medida de desenvolvimento e adotar índices alternativos que quantifiquem o bem-estar da nossa sociedade e do nosso ecossistema;
- Atribuir fundos públicos para:
  - investigação sobre a relação entre o bem-estar financeiro, social e ambiental das mulheres e os efeitos intergeracionais de várias intervenções (e da não-intervenção) nas taxas de pobreza e nas dimensões vividas pelas mulheres e raparigas,
  - serviços jurídicos para mulheres e raparigas que tenham sido vítimas de um crime,
  - programas de tutoria que ligam raparigas do ensino primário a jovens mulheres que concluíram o ensino secundário, e
  - o aumento das capacidades das casas de abrigo para mulheres e famílias em situações de conflito, crise de saúde pública e catástrofe ambiental;
- Estabelecer uma proporção mínima de 50% de lugares reservados às mulheres nos:
  - ministérios das finanças e serviços orçamentais a nível nacional e local e
  - conselhos de administração e cargos executivos em entidades do sector privado que concorrem a contratos públicos;
- Exigir a visita anual dos ministros das finanças nacionais às comunidades mais remotas e com menores rendimentos do país para consulta em primeira mão das mulheres locais;
- Alterar as políticas nacionais conforme necessário para garantir os direitos das mulheres a nível nacional:
  - manter uma conta bancária sem a co-signatura de qualquer outro indivíduo,
  - herdar terras ou outros bens, e

- manter uma parte dos bens comuns detidos pelo seu cônjuge em caso de dissolução do casamento;
- Expandir a acessibilidade dos serviços bancários móveis através de:
  - subsidiar as infra-estruturas eléctricas e de Internet para as comunidades remotas e com rendimentos mais baixos e
  - regulamentando as taxas de remessas e de serviços bancários móveis numa base geográfica para garantir a proporcionalidade o rendimento médio local; e
- Criar um ambiente favorável ao arranque e à expansão de pequenas empresas e cooperativas de microfinanciamento constituídas por mulheres, em especial as que se situam em zonas rurais e/ou com baixos rendimentos e as que demonstram um contributo para as necessidades sociais e/ou ambientais da sua comunidade local:
  - estabelecer regimes fiscais que permitam um nível básico de isenção fiscal para as pequenas empresas, incluindo um limiar de isenção fiscal mais elevado para as empresas detidas por várias mulheres,
  - estabelecer incentivos fiscais ou outros incentivos financeiros para instituições financeiras privadas que concedam subsídios ou programas de empréstimos a juros baixos a esta população
  - manutenção de infra-estruturas físicas e financeiras que permitam a integração destas empresas no sector formal e o acesso a mercados formais, e
  - integrar a literacia financeira e a educação em matéria de direitos financeiros/de propriedade nos currículos escolares do ensino primário e secundário.

Estamos prontos a oferecer a nossa experiência e energia colectivas em apoio dos seus esforços sinceros para prosseguir qualquer um dos objectivos acima referidos.